



O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO PPC DO CURSO DE MATEMÁTICA-LICENCIATURA DA UFPE E A NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

SUPERVISED CURRICULAR INTERNSHIP PROPOSED IN THE CPP OF THE MATHEMATICS DEGREE COURSE AND THE NEED FOR REFORMULATION BASED ON THE NATIONAL CURRICULAR GUIDELINES

Isaac Emmanuel da Silva¹; Lidiane Pereira de Carvalho²,
Cristiane de Arimatéa Rocha³

RESUMO

Este artigo tem por objetivos analisar como o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) está proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Matemática-Licenciatura e verificar a necessidade de reformulação a partir das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. A partir das DCN, foram selecionadas quatro características para implementação dos estágios que refletem nas instituições de ensino superior e devem constar no PPC do curso: (1) Distribuição ao longo do curso e parceria com a Educação Básica; (2) Compressão do espaço de exercício profissional; (3) Benefícios para Educação Básica; (4) Discussão sobre Temas Sociais Diversificados. Sendo assim, foi realizada a leitura dos documentos de Projeto Pedagógico de Curso de Matemática-Licenciatura e das ementas das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado do curso, a fim de compreender como essas características se configuram no PPC. Como principais resultados, existe a necessidade de melhor distribuição dos ECS ao longo do curso, uma vez que se concentra nos períodos finais do curso. De modo geral, existe a compreensão no documento da necessidade de parcerias com as escolas campo de estágio e do estabelecimento de convênios entre as instituições. Constatou-se que os documentos analisados apresentam, de forma bastante limitada, a discussão sobre os benefícios do ECS para a Educação Básica como também sobre a presença dos Temas Sociais Diversificados que podem ser discutidos a partir do ECS. Além disso, destaca-

¹Licenciando em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Monitor do Laboratório de Ensino de Matemática do Agreste Pernambucano (LEMAPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Caruaru, Pernambuco, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Bezerras, 135, Boa Vista II, Caruaru, Pernambuco, Brasil, CEP: 55038-440. E-mail: isaac.esilva@ufpe.br.
ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-7354-3326>.

²Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora da Secretária de Educação e Esporte de Pernambuco (SEDUC-PE), Bezerras, Pernambuco, Brasil. Rua João Antônio de Sales, 180, Caixa Postal 32, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Bezerras, Pernambuco, Brasil, CEP: 55660-000. E-mail: lidiane.p.carvalho@gmail.com.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2941-9468>.

³Doutora em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Núcleo de Formação Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Caruaru, Pernambuco, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Cala dos Pântanos 704, Jardim Atlântico, Olinda, Pernambuco, Brasil, CEP: 53060-110. E-mail: cristiane.arocha@ufpe.br.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4598-2074>.

se a importância de uma abordagem mais abrangente, incluindo atividades que promovam a reflexão crítica e a prática pedagógica inovadora, preparando os futuros professores de maneira mais eficaz para os desafios da educação contemporânea.

Palavras-chave: Estágio Curricular Supervisionado; Diretrizes Curriculares Nacionais; Formação Inicial de Professor; Projeto Pedagógico do Curso.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the Supervised Curricular Internship (SCI) is proposed in the Pedagogical Project of the Mathematics Course (CPP) and to verify the need for reformulation based on the current National Curricular Guidelines (NCG) for Initial Training at Higher Level of Basic School Education Teaching Professionals. Based on the NCG, four characteristics were selected for the implementation of internships that are reflected in higher education institutions and should be included in the course's CPP (1) Distribution throughout the course and partnership with Basic Education; (2) Compression of the professional practice space; (3) Benefits for Basic Education; (4) Discussion of Diversified Social Themes. Therefore, we read the documents of the Pedagogical Project of the Undergraduate Mathematics Course and the syllabuses of the course's Supervised Curricular Internship subjects, in order to understand how these characteristics are configured in the CPP. The main results are that there is a need for better distribution of the SCI throughout the course, since it is concentrated in the final periods of the course. In general, there is an understanding in the document of the need for partnerships with the field schools and the establishment of agreements between the institutions. It was found that the documents analyzed present a fairly limited discussion of the benefits of the SCI for Basic Education, as well as the presence of Diversified Social Themes that can be discussed from SCI. Additionally, the importance of a more comprehensive approach is highlighted, including activities that promote critical reflection and innovative pedagogical practice, thereby preparing future teachers more effectively for the challenges of contemporary education.

Keywords: Supervised Curricular Internship; National Curricular Guidelines; Initial Teacher Training; Course Pedagogical Project.

Introdução

A formação inicial de professores que ensinam matemática perpassa diferentes esferas, envolvendo a legislação vigente, o planejamento descrito no Projeto Pedagógico do Curso, os conhecimentos advindos das componentes curriculares e das diferentes experiências vivenciadas ao longo do curso, que envolvem a participação em monitorias, em projetos de extensão, de pesquisa, de ensino, entre outros.

Na esfera legislativa, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura apresentada no Parecer CNE/CES nº 1.302/2001 já afirmavam a essencialidade do estágio em cursos de licenciatura e indicavam um trabalho sequenciado que desenvolvesse atividades que auxiliassem a compreensão de processos formativos de maneira gradual (Brasil, 2001). Nesse mesmo parecer, havia o destaque para a necessidade de orientação de profissionais de referência ao longo do estágio (Brasil, 2001).

Na Lei nº 11.788 de 2008, acrescenta-se a necessidade do supervisor da instituição concedente, do acompanhamento do professor orientador e institui a necessidade de o

Estágio Curricular Supervisionado configurar o projeto pedagógico do curso, além de apresentar as obrigações das instituições de ensino, das instituições concedentes do estágio e do estagiário (Brasil, 2008). Apesar de não se dedicar apenas ao estágio em cursos de licenciatura, essa lei apresenta os documentos necessários para os estagiários, especificando termos de compromisso e o plano de atividades.

Nas licenciaturas, o estágio curricular supervisionado, segundo a Resolução nº 2 de 2015, é considerado obrigatório, desempenhando uma atividade específica intrínseca à prática (Brasil, 2015). O estágio também se apresenta dentre as estratégias do Plano Nacional da Educação (PNE) a fim de assegurar aos professores formação específica de nível superior, especialmente na “articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica” (Brasil, 2014, meta 15, estratégia 8).

A Base Nacional Curricular da Formação de Professores (BNC-Formação) adota entre seus princípios norteadores:

VIII – a centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino; X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório (Brasil, 2019, p. 4).

Nessa perspectiva, agrega aos outros documentos curriculares a especificação de elementos como planejamento, regência e avaliação, a relevância da construção de parcerias com as escolas campos de estágio e a necessidade de planejamento e acompanhamento das atividades realizadas no estágio. Em 2024, há publicação de um documento que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, o qual discute outras características que devem ser asseguradas pelas instituições de formação de professores no Ensino Superior.

Com base na explicitação da esfera legislativa do estágio curricular supervisionado na formação inicial de professores, o presente artigo se propõe a analisar como o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) está proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Matemática-Licenciatura e verificar necessidades de reformulação a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

Dessa forma, o artigo se divide em algumas seções para facilitar a compreensão e leitura da temática discutida. No segmento “A importância do Estágio Curricular Supervisionado para a formação docente”, é realizada uma apresentação do estágio de maneira geral e uma breve discussão sobre a presença do estágio na vida dos licenciandos. Na seção “Documentos Normativos”, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica são detalhadas.

Já na seção “ECS no Projeto Pedagógico do Curso de Matemática-Licenciatura”, é apresentado como o estágio está presente no PPC de Matemática-Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Campus Acadêmico do Agreste (CAA). Em seguida, temos, na metodologia, a definição do tipo de pesquisa que foi utilizado: documental. As análises foram realizadas com base em quatro características escolhidas a partir das DCN para implementação dos estágios nas Instituições de Ensino Superior (IES), investigando como estão presentes no PPC de Matemática-Licenciatura. Por fim, nas considerações finais, são abordados os principais resultados e descobertas obtidos ao longo da pesquisa, destacando suas contribuições para o campo estudado, além de sugestões de direções para futuras pesquisas.

A importância do Estágio Curricular Supervisionado para a formação docente

O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa essencial na formação de futuros professores, servindo como passagem de transição da teoria acadêmica para a prática. Pimenta e Lima (2006) compreendem o estágio como um campo de conhecimento que supera a limitação de ser apenas uma atividade prática instrumental. Sob esse viés, o ECS, configurado como espaço de articulação entre o saber acadêmico e o saber pedagógico, permite ao futuro docente a construção de uma identidade profissional mais crítica e reflexiva.

Nesse contexto, é importante que os estagiários tenham a oportunidade de observar, participar e refletir sobre as práticas educativas da sala de aula. Ao se integrarem na escola, não mais como estudantes da educação básica, mas como futuros docentes, terão que ponderar sobre as situações vivenciadas no ambiente escolar, como é a dinâmica dos professores, dos alunos, da gestão do funcionamento da escola. Assim, aceitando “o Estágio como um espaço de aprendizagens e, como tal, complementar às disciplinas oferecidas em sala de aula, [...] o que permite aprender com a prática dos docentes [...],

ao interagir e vivenciar ações de ensino e aprendizagem com os alunos” (Lopes *et al.*, 2017, p. 77).

O ECS deve proporcionar um ambiente de aprendizado colaborativo, em que os estagiários possam compartilhar experiências e discutir desafios encontrados durante a prática pedagógica. Essa troca pode ser realizada de várias formas: na disciplina de Estágio da graduação, nas conversas entre colegas de curso ou com o professor supervisor. Independentemente da forma como ocorra, essa troca de conhecimentos e de vivências contribui significativamente para o desenvolvimento do licenciando.

Além disso, essa metamorfose inicial presente nos Estágios é o empurrão para a vida de eterno aprendizado do professor. Como afirmam Scalabrin e Molinari (2013, local. 7 e 8),

[...] o estágio supervisionado vem completar a formação docente do estudante, promovendo novos debates referentes ao processo de ensino e o aperfeiçoamento do campo de análise do aluno em formação, o futuro professor. Os saberes adquiridos durante a formação acadêmica são somente os fundamentos para a construção da prática em sala de aula, pois a formação docente é um eterno fazer-se, aperfeiçoar-se de forma contínua, pois, a cada dia no exercício da docência existem momentos de contínua aprendizagem, de trocas de saberes entre seus companheiros de profissão e entre seus educandos, isso porque somos seres humanos, pessoas em contínua formação, construindo conhecimentos a cada dia.

Portanto, o Estágio Curricular Supervisionado vai além de uma simples exigência curricular, torna-se um componente fundamental na formação de profissionais comprometidos com a qualidade da educação e preparados para enfrentar as complexidades da prática docente. Por meio do ECS, os futuros professores podem desenvolver habilidades essenciais como a reflexão crítica, a capacidade de análise e a competência para tomar decisões pedagógicas fundamentadas.

Documentos Normativos

Em 24 de maio de 2024, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Dentre as orientações, destaca-se a relevância dada à articulação entre teoria e prática durante a formação dos profissionais de magistério e a necessidade de estabelecimento de parceria entre as Instituições de Ensino Superior e as instituições de Educação Básica para promover a inserção dos licenciandos de acordo com programas e projetos estruturados nos PPCs (Brasil, 2024).

As DCN indicam que a aproximação entre teoria e prática deve ocorrer por meio de atividades de extensão e da realização do ECS, sendo ambos realizados em parceria com instituições da Educação Básica. Quanto à organização da carga horária, as diretrizes apontam que das 3200h de formação inicial, 400h devem ser para prática de Estágio Curricular Supervisionado, sendo este totalmente presencial, mesmo quando o curso de licenciatura for na modalidade de Educação a Distância (Brasil, 2024). Nesse ínterim, o licenciando deve ter a supervisão de um docente da IES com experiência na área de atuação do estágio, e a mediação de profissionais de referência das escolas de Educação Básica, redes e sistemas de ensino para acolher, orientar e promover diálogos formativos (Brasil, 2024).

O sétimo artigo das DCN orienta a promoção de um trabalho colaborativo entre os professores supervisores e os docentes das IES, bem como o registro das atividades desenvolvidas, contendo observações e reflexões críticas. No parágrafo dezenove, são apresentadas sete garantias que as IES e instituições da Educação Básica devem assegurar para o planejamento, execução e avaliação das atividades de estágio (Brasil, 2024). As garantias visam atender quatro aspectos:

I. Realização de atividades práticas ao longo de toda a formação inicial. O tópico (a) indica que as atividades devem ser acompanhadas pelos profissionais das IES e das escolas. Nesse artigo, não especifica como deve ocorrer essa organização, mas, no capítulo quatro, que detalha a estrutura e currículo, é apontado que:

o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula (Brasil, 2024, local. 9).

Assim, compreende-se que o Estágio não deve limitar-se a uma prática ao término do curso, mas a múltiplas ações desenvolvidas desde o primeiro período. As diretrizes também orientam que as atividades desenvolvidas devem estar articuladas com as disciplinas práticas e ter protocolos e focos claros para cada semestre letivo de modo que, paulatinamente, o licenciando possa compreender o funcionamento das instituições básicas e assumir atividade de regência sem, contudo, em nenhum momento, tornar-se o principal responsável por ela, tendo sempre o acompanhamento do professor da instituição da Educação Básica (Brasil, 2024). Esse acompanhamento visa promover devolutivas sobre sua atuação e reflexões sobre os desafios e possibilidades dos processos educativos.

II. O segundo aspecto, é a importância da prática para a compreensão do contexto educacional em que se realizarão as atividades e sua articulação com as propostas curriculares das redes e sistemas de ensino, bem como a proposta pedagógica da escola. Esses aspectos são apontados nos tópicos (b) e (g). Nessa perspectiva, indicam a participação do estagiário nas reuniões pedagógicas e planejamentos a fim de compreender as atividades dos órgãos e colegiados na promoção da gestão democrática. Assim, o documento indica a importância do estudo dos documentos normativos próprios da instituição básica, bem como do Projeto Político Pedagógico da escola e discussão sobre como eles são vivenciados no cotidiano escolar.

III. O documento também indica que as IES devem apoiar as escolas que atuam como campo de estágio de modo permanente tanto com atividades de formação, como no desenvolvimento de materiais e metodologias (Brasil, 2024). Assim, fica evidente que a parceria é benéfica para ambos os lados, e que a constante reflexão e o debate sobre as práticas têm o potencial de promover a melhoria dos processos de ensino e avaliação institucional, dentre outras atividades.

IV. Por fim, o documento indica a importância do estágio para o desenvolvimento de habilidades linguísticas, tópicos (d) e (e), tanto da Língua Portuguesa quanto da Libras e do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, assim como a compreensão de questões “socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade” (Brasil, 2024, p. 6) no tópico (f). Com isso, o documento sinaliza que a atuação prática também visa promover a compreensão e aprofundamento, por meio da vivência de temas sociais comuns a todas as áreas de conhecimento e relevantes para a formação humana.

ECS no Projeto Pedagógico do Curso de Matemática-Licenciatura

Um dos objetivos específicos do Curso de Matemática-Licenciatura da UFPE/CAA é “possibilitar a integração e a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em situações reais de ensino, por meio da vivência dos estágios supervisionados e de outras ações complementares, como o PIBID” (UFPE, 2017, p. 25). É fundamental lembrar que o Estágio Curricular Supervisionado é um componente essencial do Projeto Pedagógico do Curso. Como dito, tem o intuito de proporcionar aos estudantes uma vivência prática das teorias e metodologias aprendidas ao longo do curso, preparando-os para atuar como docentes de Matemática no Ensino Básico.

O PPC apresenta uma carga horária total de 3150h, que abrange componentes curriculares de natureza científico-cultural (2130h), formação pedagógica (810h) e atividades complementares (210h). O Estágio Curricular se localiza no componente formação pedagógica e deverá ter “405h (quatrocentas e cinco horas) de Estágio Supervisionado, no qual se desenvolverão ações e reflexões teórico-metodológicas sobre a prática docente e pesquisa em Educação Matemática” (UFPE, 2017, local. 42). Nessas horas, estão inclusas as atividades teóricas e práticas que constituem o estágio.

Gatti (2014, p. 40) evoca “que o número de horas de estágio obrigatório visa proporcionar aos licenciandos um contato mais aprofundado com as escolas de educação básica de forma planejada, orientada e acompanhada de um professor-supervisor de estágio”. O Curso traz quatro componentes obrigatórios de Estágio: “MATM0048 - Estágio Curricular Supervisionado I, MATM0050 - Estágio Curricular Supervisionado II, MATM0058 - Estágio Curricular Supervisionado III, MATM0060 - Estágio Curricular Supervisionado IV”, estando do 6º ao 9º período e de quatro natureza (Figura 1).

Figura 1 – Quadro com os Códigos, Disciplinas, Carga-horária, Períodos e Natureza de Estágio Curricular do PPC de Matemática-Licenciatura

Código	Disciplina	Carga-horária			Período	Natureza
		Teórica	Prática	Total		
MATM0048	Estágio Curricular Supervisionado I	30	75	105	6º	Ensino Fundamental
MATM0050	Estágio Curricular Supervisionado II	30	60	90	7º	Ensino Médio
MATM0058	Estágio Curricular Supervisionado III	30	75	105	8º	Gestão Escolar
MATM0060	Estágio Curricular Supervisionado IV	30	60	105	9º	Ensino não formal

Fonte: UFPE (2017, local. 52).

A supervisão e acompanhamento do Estágio assiste ao professor da instituição do licenciando. Ressalte-se que deverá ser “desenvolvido nas escolas conveniadas com a UFPE e que integrem a Rede Pública de Ensino, estadual e municipal, do Agreste de Pernambuco ou em outros ambientes educativos” (UFPE, 2017, local. 52). Além das atividades de observação e regência de classe, o estágio inclui planejamento, análise e

avaliação do processo pedagógico, abrangendo diversas dimensões da dinâmica escolar, como gestão e interação com a comunidade educacional.

Metodologia

A pesquisa se configura como documental do Projeto Pedagógico do Curso de Matemática-Licenciatura da UFPE/CAA, disponibilizado no site do curso⁴, a partir das atuais DCN, no que diz respeito ao estágio curricular supervisionado.

O PPC em análise representa uma “fonte rica e estável de dados” (Gil, 2002, p. 47), e, junto com as ementas das disciplinas de estágio curricular supervisionado, configura-se como a esfera curricular da formação inicial de professores que ensinam matemática. Portanto, são nesses documentos (PPC e ementas) que se expressam o planejamento, execução e avaliação das atividades de ECS.

Ademais, foi realizada a leitura no documento para selecionar os trechos relativos ao estágio. Em seguida, os trechos foram discutidos e classificados de acordo com as DCN (Brasil, 2024), utilizando os seguintes critérios: (1) Distribuição ao longo do curso e parceria com a Educação Básica; (2) Compressão do espaço de exercício profissional; (3) Benefícios para Educação Básica; (4) Discussão sobre Temas Sociais Diversificados.

Por meio dessa análise, busca-se identificar possíveis melhorias e adaptações para o PPC que garantam ampla discussão e consequente compreensão do ECS a partir de seu planejamento, de estratégias variadas de execução com o objetivo de firmar parcerias com o espaço de exercício profissional, da discussão de temáticas reais e diversificadas vinculadas ao ensino de matemática e da proposição de recursos para melhoria da Educação Básica.

Análise

A fim de verificar como a primeira característica: (1) Distribuição ao longo do curso e parceria com a Educação Básica, é contemplada, foi analisado no PPC do curso a organização do Estágio Supervisionado quanto aos objetivos, distribuição horária, organização curricular e orientações para a parceria com a rede de Educação Básica.

Os objetivos estão em consonância com os apresentados nas diretrizes. O PPC propõe a articulação dialógica entre prática e teoria sendo previstas a realização de “atividades pedagógicas, de caráter formativo e pré-profissional, desenvolvidas com

⁴<https://www.ufpe.br/matematica-licenciatura-cao>

discentes e docentes nas escolas do Ensino Básico ou em outros ambientes educativos” (UFPE, 2017, local. 53) devendo ocorrer tanto no Estágio Supervisionado quanto nas disciplinas de Metodologias de Ensino de Matemática, Didática e Avaliação da Aprendizagem.

No que se refere a carga horária o PPC prever 405h de Estágio Supervisionado, o que equivale a aproximadamente 13% da carga horária total do curso, que estão distribuídas em quatro disciplinas distribuídas entre o sexto e o nono período do Curso. No que se refere a organização de cada estágio é indicado que o primeiro deve ser realizado nos Ensino Fundamental, o segundo no Ensino Médio, o terceiro na Gestão Escolar e o quarto no Ensino não formal. A distribuição do estágio em quatro disciplinas nos dois últimos anos do curso não atende a orientação do estágio iniciar desde o primeiro período de curso.

Analisando as ementas das três disciplinas de Metodologias de Ensino, percebe-se que elas estão distribuídas entre o quinto e sétimo período e são organizadas por conteúdos, sendo a primeira dedicada ao estudo dos números e operações, a segunda voltada ao Ensino de Álgebra e Função e a terceira focalizando Geometria, Grandezas e Medidas. Assim, percebe-se que os Estágios iniciam um semestre após as disciplinas de práticas, contudo estão estruturados com base nos campos de atuação enquanto as disciplinas metodológicas estão organizadas pelas áreas da Matemática. Assim, a organização não atende à orientação das DCN de articular claramente a disciplina de Estágio com as disciplinas práticas.

Quanto à organização das atividades práticas, o PPC indica atividades que o estagiário discente pode desenvolver, tais como: “entrevistas, observações, regência acordada ou participação na sala de aula, participação em reunião de docentes, de supervisão pedagógica e de Conselho Escolar” (UFPE, 2017, local. 53). Essas atividades estão de acordo com as previstas pelas diretrizes. Além disso, o PPC indica a obrigatoriedade de supervisão das atividades realizadas.

Quanto às orientações para parcerias e obrigações da IES e da escola de Educação Básica, o PPC indica que o estágio deve ser realizado em “escolas conveniadas com a UFPE e que integrem a Rede Pública de Ensino, estadual e municipal, do Agreste de Pernambuco ou em outros ambientes educativos” (UFPE, 2017, local. 53). Além disso, deve ter acompanhamento e supervisão obrigatória de um docente da UFPE com formação específica em áreas que se identifique com a disciplina, devendo o docente

acompanhar ou supervisionar, no mínimo, 25% da carga horária da disciplina de Estágio (UFPE, 2017).

Para especificar as obrigações da escola campo de estágio, o PPC cita a Portaria SAD n° 334 de 2016, com os seguintes indicadores:

V – indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; VI – acompanhar o desempenho do estagiário, observando a correlação entre as atividades desenvolvidas e as previstas no plano de atividades; VII – enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades, com visto obrigatório do estagiário (Pernambuco, 2016, p. 5).

Nesse cenário, verifica-se que o PPC atende aos objetivos, supervisão e orienta a parceria com as escolas de Educação Básica em relação às normativas das DCN. Um diferencial é a exigência de convênio das escolas que não é presente nas diretrizes.

No critério (2) compressão do espaço de exercício profissional, identificamos que o PPC discute em cinco trechos a importância da prática profissional no contexto educacional. Como visto, um dos objetivos específicos proposto trata de proporcionar o aprendizado adquirido durante o curso em situações concretas de ensino “através da vivência dos estágios supervisionados e de outras ações complementares, como o PIBID” (UFPE, 2017, p. 25), em consonância com o mencionado na DCN, que as IES e redes/sistemas de ensino devem garantir:

b) o reconhecimento das características próprias do contexto educacional em que se realizam as atividades práticas e o estágio curricular obrigatório, bem como a articulação necessária entre essas atividades e a proposta curricular das redes/sistemas de ensino e a proposta pedagógica da escola (Brasil, 2024 local. 5).

O PPC menciona que as discussões das disciplinas de Estágios e das de Metodologias de Ensino de Matemática devem trazer uma contribuição para a compreensão da realidade escolar, “nos quais são objetos de estudo e reflexão, a dinâmica da escola que se materializa nas rotinas das salas de aula, as interações entre o professor, os alunos e o saber matemático em jogo” (UFPE, 2017, p. 32). Entretanto, como analisado precedentemente, as três disciplinas de Metodologias não atendem à articulação proposta pelas DCN.

Quanto aos espaços escolares, o PPC determina que os ECS devem ser executados “em escolas da Educação Básica e espaços educacionais não formais conveniados” (UFPE, 2017, p. 52). Esse espaço de exercício profissional “deverá incluir, [...], ações de

planejamento, de análise e de avaliação do processo pedagógico, envolvendo as diversas dimensões da dinâmica escolar (gestão e comunidade escolar) e educacional”. Estando de acordo com a orientação das DCN de “dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica” (Brasil, 2024, local. 8).

O PPC apresenta a participação dos licenciandos nas atividades escolares por meio do plano de trabalho do estagiário: “neste plano de trabalho, proposto para o respectivo componente curricular de Estágio Supervisionado, devem estar relacionadas todas as atividades que o discente estagiário irá desenvolver na instituição campo do estágio” (UFPE 2017, local. 53). Dessa forma, o estagiário compreenderia o espaço de atuação, realizando observações e participações nas esferas que compõem a dimensão escolar, ficando em consonância com as DCN.

Nessa linha de raciocínio, o PPC também faz a compreensão do espaço escolar quando diz que o ECS possui “características teóricas e práticas sobre a prática pedagógica” (UFPE, 2017, local 53), tendo em mente o ensino e a aprendizagem da Matemática nos diversos níveis e modalidades presentes na Educação Básica.

Quando estudamos as ementas e analisamos esse tópico da Compreensão do espaço escolar, as disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III trazem a mesma observação sobre como deve ser esse processo de construção da identidade profissional do licenciando:

Observação do processo de organização da escola e da sala de aula enquanto espaços educativos: projeto político-pedagógico da escola, função social da escola, corpo docente e corpo discente, relações sociais na escola, condições de exercício profissional, resultados escolares (UFPE, 2016, local. 115).

Quanto aos conteúdos programáticos, o Estágio Supervisionado I e o II descrevem as mesmas coisas. Incluem-se a observação da organização escolar e das dinâmicas da sala de aula, bem como a compreensão do Projeto Político Pedagógico da escola. Além disso, enfatiza a função social da instituição educativa, envolvendo tanto o corpo docente quanto o discente, bem como as relações sociais e condições de trabalho dentro do ambiente escolar.

As ementas também destacam a importância de uma análise crítica da prática do ensino da Matemática no Ensino Fundamental, considerando diferentes contextos como o ensino regular, o supletivo e a educação de jovens e adultos. Vale mencionar que a

disciplina de Estágio Supervisionado II, segundo o PPC do curso, apresenta como foco o Ensino Médio. Nesse caso, a ementa traz o conteúdo programático da disciplina para análise do Ensino Fundamental, mostrando um erro presente na ementa.

Quanto aos objetivos dos estágios, ao analisarmos cada um deles, percebemos que os Estágios I e II são idênticos em relação às finalidades, focando na discussão sobre os múltiplos aspectos ligados à formação dos professores de matemática e na organização da escola. Já o Estágio III, focado na gestão escolar, aborda a formação dos gestores escolares e sua atuação nos diversos contextos escolares, bem como na vida da escola e sua relação com a sociedade: "Propiciar uma discussão sobre os múltiplos aspectos ligados à formação dos gestores escolares, visando sua atuação nos diversos contextos escolares e na vida da escola no seu conjunto e na sua relação com a sociedade" (UFPE, 2016, local. 211).

O Estágio IV trata da formação dos professores em geral e da construção de sua identidade em diversos contextos escolares no ensino fundamental e médio: "Propiciar uma discussão sobre os múltiplos aspectos ligados à formação dos professores e construção de sua identidade em diversos contextos escolares no ensino fundamental e médio" (UFPE, 2016, local. 161).

Essas variações demonstram diferentes focos nas discussões propostas, abrangendo desde aspectos específicos da matemática até a formação geral de professores e gestores escolares. Diante disso, os objetivos dos componentes curriculares estão em consonância com as DCN, as quais suscitam discussões entre licenciandos: "III - iniciem diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação" (Brasil, 2024, local. 10).

Ao buscarmos o terceiro critério definido em nossa metodologia, benefícios para Educação Básica, percebemos que o PPC discute apenas nesse ponto:

Desse modo, há o incentivo para que o aluno se insira em pesquisas, em experiências de planejamento e observação de aulas, bem como a análise de recursos didáticos e a reflexão crítica do processo de execução e de avaliação de atividades educativas. Essa relação entre as pesquisas e as demais componentes curriculares que abordam os saberes matemáticos e os saberes pedagógicos trazem elementos significativos para a formação do profissional docente, especificamente de Matemática (UFPE, 2017, p. 32).

Apesar do incentivo do PPC para que o ECS e as metodologias de ensino elaborem recursos e avaliem as atividades educativas, essa discussão deveria ser mais incisiva no

âmbito do ECS para que os benefícios para a Educação Básica configurem entre a perspectiva formativa da instituição e desse componente.

Já nas ementas dos quatro componentes curriculares, não são colocadas possibilidades para criações de recursos voltadas a cada realidade escolar. Portanto, esse critério não atende as orientações das DCN, pois pouco evidencia os benefícios da parceria entre as IES e as escolas, como debates para promover a melhoria dos processos de ensino e avaliação institucional.

Na (4) Discussão sobre Temas Sociais Diversificados, o PPC (UFPE, 2017) comenta:

As novas configurações sociais exigem do curso de Matemática-Licenciatura a discussão e o estudo de temáticas atualizadas como a Diversidade, Relações étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Inclusão. Esses eixos são contemplados nos projetos de extensão e nos conteúdos disciplinares, a saber: Currículo e Cultura, Fundamentos Psicológicos da Educação II, Etnomatemática, Racismo e Educação para as relações étnico-raciais, Ciência e Educação, Educação e Inclusão Social, Libras entre outras (p. 20).

A despeito do PPC indicar a necessidade do debate sobre os temas sociais diversificados, não oferece abertura para que essa discussão seja realizada nos componentes de ECS. Ressaltem-se, ainda, as ementas, que, apesar de sugerirem que as observações devem estar “em contextos de Educação Integral e/ ou em Jornada Ampliada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio” (UFPE, 2016, local 161), ainda se limitam ao Ensino Regular e à modalidade EJA, além de nada mencionarem sobre os temas sociais diversificados. De tal forma, esse item também não está de acordo com o proposto pelas DCN:

f) a compreensão crítica de questões socioambientais, éticas, estéticas, políticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural e o reconhecimento dos princípios de equidade como organizador do tratamento dessas questões nos contextos de exercício profissional (Brasil, 2024, p. 6).

Dessa forma, constatamos que o PPC não indica a possibilidade de criação de recursos voltadas a cada realidade escolar, e se limita a explorar as discussões sobre os Temas Sociais Diversificados. O PPC atende às DCN quanto às atividades de organização das práticas dos estagiários, e reconhecem as características próprias de cada contexto educacional.

Considerações finais

A análise do PPC do curso de Licenciatura em Matemática, tendo como base a adequação às DCN que entraram em vigor em 1º de julho de 2024, apontou que o ECS está organizado com uma carga horária adequada e distribuído em quatro disciplinas que devem ser cursadas nos quatro últimos períodos do curso. A organização em quatro blocos foi feita, considerando os espaços de exercício profissional, sendo eles Ensino Fundamental, Ensino Médio, Gestão Escolar e Ensino não formal.

A análise, quanto às características indicadas pelas diretrizes, indica que elas são parcialmente atendidas. Sendo contempladas algumas delas, como a importância da articulação entre teoria e prática na formação inicial supervisionada pela IES em parceria com escolas de Educação Básica e redes de ensino e a organização das atividades de estágio de modo a possibilitar a compreensão do espaço de exercício profissional.

A pesquisa aponta a necessidade de reestruturar alguns aspectos para adequar as novas diretrizes. Destacamos a distribuição do estágio ao longo do curso a qual está atualmente concentrada nos dois anos finais do curso e não organizadas desde o primeiro período. Ademais, o PPC não prevê uma articulação explícita entre as disciplinas práticas, como os Estágios com as Metodologias de Ensino de Matemática, que hoje são estruturados considerando distintos aspectos.

Não foram contemplados diretamente os benefícios que a Educação Básica tem ao atuar como campo de estágio, a exemplo da formação continuada para os professores, reflexões e pesquisas sobre a realidade escolar, produção e avaliação de recursos didáticos. O PPC também não indica diretamente a promoção do debate de Temas Sociais Diversificados para o desenvolvimento dos licenciandos a partir da prática de estágio.

Assim, compreende-se que o PPC apresenta elementos indicados pelas novas diretrizes, mas precisa de maior detalhamento e organização para atendê-la plenamente. A pesquisa realizada trata de uma análise documental, e compreendendo que os currículos previstos e realizados se diferenciam, sugerem-se pesquisas de campo que contemplem a observação das aulas teóricas, atividades práticas de estágio e suas estratégias de avaliação. Também podem ser realizadas entrevistas com supervisores docentes da IES, dos estagiários, dos professores e demais profissionais das escolas que recebem os estagiários a fim de haver melhor compreensão de como cada participante compreende o ECS e seus benefícios.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 1.302/2001**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria Executiva. **Parecer CNE/CP nº 4, de 12 de março de 2024**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União: Brasília, 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.
- GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista Usp**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, fev., 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, A. R. L. V.; PAIVA, M. A. V.; PEREIRA, P. S.; POZEBON, S.; CEDRO, W. L.. Estágio Curricular Supervisionado nas licenciaturas em Matemática: reflexões sobre as pesquisas brasileiras. **Zetetike**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 75-93, jan./abr., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/zet.v25i1.8647637>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8647637>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PERNAMBUCO. Secretária de Administração. **Portaria SAD nº 334 de 12 de fevereiro de 2016**. Tornar público os procedimentos para ofertar o estágio curricular, de caráter obrigatório, sem ônus para o Estado. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Ano XCIII, nº 27, p. 5. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2016&pesq=Portaria%20n%C2%B020334&pagfis=918>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista unar**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013.

UFPE. **Programa dos Componentes Curriculares por Período**. Caruaru, 2016.

UFPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Matemática-Licenciatura**. Caruaru, 2017.

Recebido em: 29 / 06 / 2024

Aprovado em: 20 / 08 / 2024